



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



CULTURA
ACADÊMICA
Editora

A ideologia de segurança nacional e a comunidade de informações aranaense durante a ditadura militar no Brasil (1964-85):

uma análise dos arquivos do Serviço Nacional de Informações

José Wilson Assis Neves Júnior

Como citar: NEVES JÚNIOR, J. W. A. A ideologia de segurança nacional e a comunidade de informações aranaense durante a ditadura militar no Brasil (1964-85): uma análise dos arquivos do Serviço Nacional de Informações. *In*: DEO, A.; SARTORETTO, L. (org.).

Determinações do Mundo do Trabalho: centralidade do trabalho, lutas sociais e crítica da economia política. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 195-212.

DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-11-8.p195-212>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

A IDEOLOGIA DE SEGURANÇA NACIONAL E A COMUNIDADE DE INFORMAÇÕES PARANAENSE DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL (1964-85): UMA ANÁLISE DOS ARQUIVOS DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

José Wilson Assis Neves Júnior

INTRODUÇÃO

Este trabalho constitui-se como parte da pesquisa de doutorado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista (Unesp/Marília), trazendo resultados parciais e problematizações que direcionarão a continuidade das análises. Visou-se problematizar a maneira como a doutrina de Segurança Nacional (DSN) e os seus principais elementos filosófico-ideológicos, com destaque

para o anticomunismo¹, condicionaram, ou determinaram, as diretrizes de atuação dos agentes de informação do Serviço Nacional de Informações (SNI) durante o período de ditadura militar² brasileira (1964-1985).

Para tanto, foram utilizadas as fontes que constituem o arquivo de documentos oficiais do Serviço Nacional de Informações, dos Estados do Paraná (PR) e Santa Catarina (SC), provenientes do contexto ditatorial militar – atualmente disponível para pesquisa pública, no Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina (NDPH-UEL).

De acordo com Fagundes (2013), após a institucionalização da Lei nº 12.527 de 18/11/2011 (intitulada Lei de Acesso a Informação) percebeu-se o fortalecimento dos processos de publicização de arquivos provenientes do período da ditadura militar, inclusive no que tange aos órgãos oficiais de informação e segurança, fenômeno entendido como fomentador de novas perspectivas analíticas que abordem as características e peculiaridades constitutivas da conjuntura político-social do período.

Segundo consta no Relatório da Comissão Nacional da Verdade³ (CNV) o acesso as fontes documentais referentes ao período de ditadura militar brasileira possibilitam a formação de comissões de defesa da memória, verdade e justiça, que devem ter como objetivo final a busca pela reparação das graves violações dos direitos humanos cometidas contra cidadãos brasileiros, pelas diferentes instancias do aparato institucional consolidado pelo regime ditatorial.

O arquivo do Serviço Nacional de Informações (Paraná e Santa Catarina) disponibilizado ao NDPH-UEL, pelo Arquivo Nacional, conta com uma média de sete mil documentos digitalizados em pastas de relatórios no formato Portable Document Format (PDF) – estes relatórios são compostos de maneira distinta por: informativos oficiais; documentos

¹ Conforme apresenta Motta (2000) os grupos anticomunistas passam a se articular a partir da Revolução de Outubro, ocorrida na Rússia no ano de 1917, que instituiu o primeiro governo comunista – fenômeno que desencadeou uma reação, inicialmente espontânea, do sentimento anticomunista, que passa a se organizar política e socialmente como movimento no decorrer do século XX.

² Existe um amplo debate acadêmico a respeito da conceptualização que deve ser atribuída ao tipo de regime que caracterizou o período, que se destaca pela controvérsia do fato de ter se constituído enquanto ditadura exclusivamente militar ou se foi de fato uma ditadura civil-militar, o que implica na participação de demais segmentos da sociedade civil brasileira nos direcionamentos do regime ditatorial. Este, contanto, não é o cerne principal da pesquisa proposta.

³ Disponível em: http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf. Acesso em: 11 dez. 2016.

recolhidos de grupos sociais “subversivos” (jornais, boletins, transcrições de discursos, entre outros); relatos e solicitações de investigações; informes e instruções de outras agências, entre outros.

O acesso a estas fontes permite o desenvolvimento de múltiplas pesquisas, sendo que a presente análise enfocou-se na compreensão do modo como a ideologia de Segurança Nacional se construiu, consolidou, orientou e determinou a produção dos documentos oficiais da comunidade de informação, expressando uma concepção de mundo que contrapunha-se, ativamente, aos grupos de questionamento/resistência política com o intuito de consolidar sua hegemonia na sociedade brasileira.

APONTAMENTOS SOBRE O SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI)

Fico (2001) analisou os arquivos da Divisão de Segurança e Informação (DSI)⁴, buscando compreender a lógica estrutural que imperava na realidade da comunidade de informações. Segundo o autor, é necessário considerar que o arquivo do DSI, ou no caso do SNI, se constitui enquanto uma coleção de fontes documentais oficiais de um órgão estatal de inteligência interna que se incumbiu de desenvolver investigações, relatórios e informações encomendados pela própria hierarquia tecnoburocrática estatal, almejando combater a *ameaça comunista* (nacional e internacional) e, visando garantir o desenvolvimento econômico e a Segurança Nacional. O autor ainda classifica

Os militares que participaram das comunidades de segurança e informações como um “corpo de especialistas” que, tendo constituído um campo de produção e de circulação de mensagens relativamente autônomo, lograram situar-se como produtores especializados do discurso que sustentou tanto suas próprias ações (espionagem, violência), quanto a conduta omissa dos moderadores que os toleraram. (FICO, 2001, p. 21).

Desta forma, torna-se perceptível a relevância que pode ser atribuída a estrutura tecnoburocrática do SNI. Assim, para problematizar

⁴ Conforme apresenta Fico (2014), o DSI foi um dos órgãos de informação, instalado em todos ministérios civis, que apesar estar subordinado de forma hierárquica ao ministro, era mantido sob a superintendência do SNI, sendo que sua principal funcionalidade era produzir as informações encomendadas pelo SNI.

a realidade político-social do contexto de ditadura militar brasileira (1964-1985), utiliza-se como exemplo um dos relatórios do órgão de informações paranaense, no qual se afirma que:

A subversão foi, é, e sempre será uma constante entre os homens. Ela existiu em todos os episódios da história e todas as gerações tiveram, tem e terão sua época de com ela conviver, desta ou daquela forma, dependendo do momento histórico. Ela se manifesta sempre em torno das instituições políticas, MILITARES, sociais e econômicas de um determinado País, procurando miná-las da base à cúpula, visando, muito ao contrário do aprimoramento, sua destruição no momento oportuno. (PARANÁ, 1975, lauda 7).

O trecho transcrito remete à uma perspectiva de *guerra psicossocial*, contínua e inerente à realidade social, que fundamentou a doutrina *golberyana* de Segurança Nacional da Escola Superior de Guerra (ESG) brasileira. Os estudiosos de Golbery do Couto e Silva (FERNANDES, 2009; KOCH, 1999; LUZ, 2015; MIGUEL, 2002; MUNDIM, 2007) apontam o general como principal intelectual da ESG, protagonista na formulação da DSN e, elucidam o conceito de *guerra total* como um dos principais fundamentos de sua doutrina – *guerra total* era entendida como estado de coisas decorrente do embate entre o *ocidente cristão democrático* e o *oriente ateu comunista*,⁵ no qual as disputas ultrapassariam o limite do embate militar, estendendo-se para os âmbitos político, econômico e cultural.

Ademais, ressalta-se a existência de uma tendência ao consenso dos autores que abordam a temática da comunidade de informações militar (FICO, 2001; LAGÔA, 1983; QUADRAT, 2012; SAMWAYS, 2014), no que tange ao fato de que a funcionalidade e atuação dos órgãos e técnicos de informação estatais estiveram condicionadas pela perspectiva de *guerra psicossocial*.

Conforme apresenta Rodeghero (2002), o anticomunismo brasileiro se construiu de forma peculiar, tendo em vista a forte influência

⁵ Segundo Löwy (2009) os embates políticos resultantes do conflito internacional da Guerra Fria (1962-1979) culminaram na separação do mundo em dois grandes blocos políticos, de um lado os países capitalistas, liderados pelos Estados Unidos da América (apresentando tendência de vincular-se a correntes filosóficas positivistas), e do outro os países socialistas, sob o comando da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (inspirados por teóricos do marxismo).

da Igreja Católica nas relações políticas e nos intelectuais nacionais, fato que condicionou suas formulações ideológicas à apresentarem elementos de uma cosmovisão ultramontana⁶ que concebe o liberalismo como elemento percussor da gênese do socialismo/comunismo, que consecutivamente seriam os responsáveis pela desintegração da sociedade fundamentada na moral cristã.

Desta forma é possível considerar que a DSN representou o *fanatismo* de parcelas da burguesia nacional e de seus representantes técnico-burocráticos, e que, inspirando-se em princípios filosóficos capitalista/positivista, esteve

Centrada na questão da bipolaridade mundial – remetida aos desfechos da II Guerra Mundial, a DSN partia da constatação de uma linha divisória entre o “Oriente comunista” e o “Ocidente democrata e cristão”. Essa interpretação da diversidade apontava para a necessidade de adicionar uma contra-ideologia a se antepor ao avanço do ideário comunista. (PELEGRINI, 2000, p. 83).

Acrescenta-se que os fundamentos filosóficos/ideológicos da Doutrina de Segurança Nacional traziam consigo a tônica da perspectiva de consolidação de sua hegemonia na sociedade civil (FERREIRA, 1979) – a hegemonia é entendida por Gramsci (2011) enquanto a capacidade exercida por um segmento social de dirigir a sociedade civil ao mesmo tempo em que domina a sociedade política, fenômeno que ocorre a partir da imposição da força e da cristalização do consenso social da ideologia que representa o segmento que se pretende hegemônico, portanto, é importante

Constar que uma interpretação do conceito gramsciano de hegemonia enquanto processo de legitimação conduz diretamente a uma compreensão da hegemonia como estabelecimento de um *consenso* sobre o conjunto da sociedade. Esse “consenso” passará então por “normas sociais provadas”, por um “doutrinamento”, por controles sociais estabelecidos pelos “agentes da persuasão política”. (BUCI-GLUCKMANN, 1980, p. 81).

⁶ Postura doutrinária imposta pelo Vaticano a partir de 1864, por meio das encíclicas *Quanta Cura* e *Syllabus Errorum*, que tinha por preceito a condenação dos denominados *erros modernos*: “o racionalismo, o socialismo, o comunismo, a maçonaria, a separação entre a Igreja e o Estado, as liberdades de imprensa, de religião, em suma, ‘o progresso, o liberalismo e a civilização moderna’ (MICELI, 2009, p. 18).

Dentro desta perspectiva é possível conceber o SNI enquanto parte integral, e essencial, de um extenso aparato estatal que tinha por funcionalidade a consolidação do consenso social. Lagôa (1983) realizou um debate acerca do Sistema Nacional de Informações abordando sua gênese e, as transformações ocorridas no órgão estatal no decorrer da ditadura militar. O SNI foi fundado em 1964 pela Lei nº 4.341 e, a princípio

Sua ação se distribuí em três frentes: política, tóxicos e pornografia, segundo a mesma reportagem com base em depoimento de um agente, que considera esses três itens como “vírus perigosos prontos a minar a estrutura militar. Esses vírus são encarados como agentes transmissores das doenças propagadas pelo comunismo internacional”. (LAGÔA, 1983, p. 19).

Dentro desta problematização, Fico (2001) realiza apontamentos a respeito da suposta imparcialidade pretendida pelos agentes de informação, apesar de não se consolidar como cerne do debate de sua obra, atentando ao fato de que um grande número de documentos oficiais apresentava subjetividade e, os subsequentes juízos de valores dos técnicos responsáveis pela elaboração dos relatórios.

Cabe, portanto, questionar o modo como esta ideologia capitalista/positivista, que preconizava a *guerra psicossocial*, se construiu e se configurou no contexto paranaense e, como ela condicionou, orientou e determinou a leitura que os agentes de informações do SNI faziam da realidade social.

Samways (2014) analisou, em sua tese de doutorado em História, as produções do SNI, veiculadas em meio a sociedade civil brasileira durante o contexto ditatorial militar, atentando-se ao fenômeno da *paranoia*⁷ que caracterizou a doutrina de Segurança Nacional e o próprio contexto de Guerra Fria (1962-1979) – no qual as Forças Armadas se vislumbravam enquanto inseridas em um inerente e contínuo embate político-ideológico

⁷ O fenômeno da *paranoia* anticomunista é retratado enquanto um sentimento inerente à doutrina de Segurança Nacional, disseminado em parcelas sociais civis e militares, que concebia a existência de uma guerra invisível entre o “comunismo ateu” e a “democracia cristã”, considerando as Forças Armadas como única instituição brasileira capaz de combater as “ameaças” internas e externas e garantir a continuidade de uma ordem social cristã, dos anseios populares e da própria democracia.

internacional, que abrangia distintos campos da vida social (política, economia, cultura).

Samways (2014) utilizou como fontes os relatórios da coleção “Comunismo Internacional”, produzidos para veiculação dentro de diferentes setores estatais e privados – estes documentos encontram-se disponíveis para pesquisa no Arquivo Público do Estado de São Paulo e no Arquivo Público do Estado do Paraná. A proposta aqui apresentada se difere de Samways, ao passo em que se pretende analisar as diretrizes filosófico-ideológicas internas da comunidade de informações⁸.

Dentro desta perspectiva, o artigo da historiadora Samantha Quadrat (2012) aborda o processo de formação dos investigadores do SNI, a partir das fontes documentais provenientes do fundo “Informante secreto do regime militar”, composto por apostilas, palestras, gravações de rádio, traduções, encontrando-se disponibilizado de forma digital pelo Arquivo Nacional – suas contribuições são importantes para a avaliação das diretrizes filosóficas da ESG que permearam a formação dos agentes.

A pesquisa proposta parte, então, do pressuposto de problematizar as seguintes questões: Quais os principais elementos filosóficos da doutrina golberyana de Segurança Nacional, e como eles se relacionam com a determinada conjuntura do período analisado? De que forma a concepção de mundo definida pela filosofia/ideologia da ESG perpassou a prática concreta da comunidade de informações na realidade paranaense? Quais foram os principais grupos de questionamento e resistência política do Paraná, perseguidos durante o período de ditadura militar e, quais eram suas vertentes político-ideológicas? A perseguição dos grupos de questionamento/resistência política, por parte dos agentes de informações paranaenses, decorreu do estabelecimento de um embate político-ideológico, que tinha por intuito consolidar a hegemonia da doutrina de Segurança Nacional?

⁸ Os documentos oficiais (relatórios investigativos) provenientes do arquivo do SNI (PR e SC) se constituem enquanto detentores de uma natureza de tipo específico, tendo em vista que sua produção visava um acesso altamente restrito e sigiloso no que tange ao conteúdo exposto, destacando que todos os documentos existentes no arquivo possuem um carimbo de “confidencial”, podendo apresentar, em alguns casos, outro carimbo informando que “toda pessoa que tome conhecimento deste documento fica responsável pela manutenção de seu sigilo” (PARANÁ, 1981, lauda 3).

DIRETRIZES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA PESQUISA

Uma leitura prévia do arquivo paranaense do SNI permite ao pesquisador perceber o modo como formações filosófico-ideológicas anticomunistas, que caracterizaram o período, perpassavam os relatórios oficiais, elaborados pelos próprios agentes de informações. Como forma de exemplificação, utiliza-se a definição que os agentes faziam sobre os supostos métodos de atuação dos sujeitos subversivos:

Os subversivos, com o objetivo único de corromper os responsáveis pela sua guarda, utilizaram os mesmos métodos que, há séculos, vêm usando os aliciadores:

- a máscara da infelicidade, para despertar piedade;
- a docilidade e o encanto da palavra, para despertar confiança e, em consequência, forjar amizades;
- a inteligência, para despertar respeito e, acima de tudo, o dinheiro, para corromper consciências, controlar vontades e conseguir a liberdade de manobra. (PARANÁ, 1976, lauda 4).

O mencionado Inquérito foi instituído com o objetivo de avaliar o estabelecimento de laços de amizades entre policiais militares paranaenses e os presos políticos, supostamente subversivos. O caso esteve permeado por ocorrências julgadas, pelo relator, como incabíveis para a postura militar, tais como: realização de refeições conjuntas (presos e carcereiros); trocas de cartões e presentes em datas comemorativas; e, o estopim, liberação de visitas conjugais e saídas extraoficiais das dependências carcerárias.

A investigação realizada concluiu que o ocorrido decorreu dos baixos níveis de *honestidade* e instrução dos agentes da PM paranaense, que não reconheciam os limites intelectivos próprios, indicando, ainda, a existência de um grau hierárquico na formação intelectual que possibilitaria a exposição de agentes à ideologia subversiva, sem que houvesse a possibilidade de corrupção das ideias doutrinárias. Neste sentido, torna-se relevante distinguir os conceitos de filosofia e ideologia, sendo que

É filosofia a concepção de mundo que representa a vida intelectual e moral (catarse de uma determinada vida prática) de todo um grupo social concebido em movimento e considerado, conseqüentemente,

não apenas em seus interesses atuais e imediatos, mas também nos futuros e mediatos; é ideologia toda concepção particular dos grupos internos da classe que se propõem ajudar os problemas imediatos e restritos. (GRAMSCI, 2011c, CC 10, § 10, v. 6, p. 302).

A distinção dos conceitos de filosofia e ideologia possibilita apreender o modo pelo qual o discurso oficial (filosofia) da doutrina de Segurança Nacional divergia ou convergia com as formações ideológicas expressas na prática da comunidade de informações – tendo em vista a existência de uma diferenciação no nível de formação intelectual dos agentes de informações, de acordo com a posição hierárquica que assumiam dentro do aparato estatal.

Assim, tendo acesso ao arquivo, a pesquisa iniciou, no segundo semestre de 2015, o processo de análise preliminar das fontes documentais que seguiu as recomendações de André Cellard (2012), atentando-se, desta forma, aos cinco eixos primários que devem ser abordados antes de elaborar o recorte específico da pesquisa: (1) o contexto de produção dos documentos; (2) os autores dos documentos; (3) a autenticidade e confiabilidade do texto; (4) a natureza do texto; (5) conceitos-chave e a lógica interna do texto.

Salienta-se, ainda, que grande parte dos arquivos contém os dados recolhidos e utilizados para a formulação do relatório, o que permite ao pesquisador distinguir, por meio de uma perspectiva comparativa, a forma como os juízos de valores dos técnicos de informação influenciavam a produção dos documentos oficiais. Destaca-se, portanto, a necessidade da pesquisa abordar e privilegiar o diálogo entre as fontes documentais provenientes dos diferentes grupos, que consolidavam o embate hegemônico no determinado contexto que se visa compreender, ressaltando que

A qualidade e a validade de uma pesquisa resultam, por sua vez, em boa parte das precauções de ordem crítica tomadas pelo pesquisador. De modo mais geral é a qualidade da informação, a diversidade das fontes utilizadas, das corroborações, das intersecções, que dão sua profundidade, sua riqueza e seu refinamento a uma análise. Deve-se desconfiar de uma análise que se baseia numa pesquisa pobre, na qual o pesquisador só considera alguns elementos do contexto e uma documentação limitada, visando formular explicações

sociais. Uma análise confiável tenta cercar a questão, recorrendo à elementos provenientes, tanto quanto possível, de fontes, pessoas ou grupos representando muitos interesses diferentes, de modo a obter um ponto de vista tão global e diversificado quanto pode ser. (CELLARD, 2012, p. 305).

Neste ponto é importante abarcar os apontamentos de Fico (2001), no que diz respeito da lógica institucional que classificava os níveis de confiabilidade dos documentos oficiais dos órgãos de informação, segundo o autor

Cada informação recebia uma classificação que distinguiu sua confiabilidade. A de fonte de informação era classificada com letras que variavam de “A” a “F”, de acordo com sua fidedignidade. Do mesmo modo, a veracidade do conteúdo da informação era classificada com notas de 1 a 6. Portanto, uma informação tida como verdadeira e oriunda de uma fonte altamente confiável recebia a classificação “A1”. (FICO, 2001, p. 95).

Como forma de reconhecer a totalidade da concepção de mundo que caracterizou a atuação prática da comunidade de informações paranaense, na realidade concreta do período analisado, tornou-se imperioso enveredar nas investigações sobre as distinções, ou semelhanças, entre a filosofia oficial da DSN e a forma como ela se consolidou na ideologia militar que direcionou a *práxis* dos agentes. Para tanto, utilizou-se a obra “Geopolítica e Poder” de Golbery do Couto e Silva – edição da Editora UniverCidade (2003) que comporta todas as produções do ideólogo militar.

No processo realizado foram identificados, na obra *golberyana*, os seguintes termos conceituais, considerados como chave para compreender a ideologia exposta pelos agentes do SNI no processo de espionagem e produção de informações:

- *Ocidente cristão*: pressupõe a divisão dicotômica do mundo entre ocidente cristão democrático e oriente ateu comunista, reconhecendo o Brasil como geneticamente ocidental;

- *Subversão*: compreendida como característica inexorável à realidade humana, que decorre de formulações filosófico/ideológicas que intentam deturpar a realidade com o único fim de destruí-la; *guerra total* (extensão do embate entre capitalismo e socialismo para os âmbitos econômico, político e cultural);
- *Segurança Nacional*: intrinsecamente ligada à percepção de guerra total, preconiza a preocupação em consolidar uma ordem social organicamente coesa na sociedade brasileira;
- *Aparelhamento*: expressa exacerbada inquietação com as possibilidades, ou ocorrências efetivas, de inserção de indivíduos subversivos nos órgãos públicos e nos meios de comunicação.

Cabe neste momento exemplificar a maneira como a ideologia anticomunista, dos agentes de informação, perpassa os documentos oficiais dos quais eram incumbidos de redigir, para tanto foi escolhido um relatório referente ao inquérito realizado na Delegacia de Ordem Política e Social de Curitiba (PR) sobre possíveis membros do PCB, no qual se pondera que

A “Célula Motor” da Sociedade é a família e podemo-nos servir dela como exemplo da convivência social. Assim sendo que, o fim de uma família em que não existe princípio de hierarquia consciente e natural de pais para filhos, inspirados no exemplo que aqueles deverão transmitir a esses, e também, em que não haja o respeito mútuo provocado quase sempre pela irresponsabilidade dos pais em não levarem os filhos aos princípios básicos da religião, da moral e da honestidade, fatalmente essa família será conduzida nos caminhos da desagregação e, por conseguinte, da desintegração. Assim como as famílias, são os países e assim como os pais, o governo. (PARANÁ, 1975, lauda 7).

Percebe-se que o autor do relatório oficial, ao analisar a problemática do comunismo no Brasil, exprime seu julgamento ideológico, ao passo em que condiciona a desestabilidade política (que atribuí aos movimentos da esquerda) enquanto fruto de indivíduos religiosa e moralmente frágeis,

responsabilizando ao Estado, assim como o exemplo da família, o papel de garantir uma coesão social fundamentada nesses princípios de ordem social (moral e religião cristã)⁹, gerando um respeito mútuo entre governantes e governados que embasaria a boa funcionalidade e continuidade da sociedade – no decorrer do relatório o agente ainda culpabiliza, de forma enfática, a fragilidade dos governos que antecederam a *revolução de 1964* pela ascensão de movimentos de esquerda na sociedade brasileira.

Determinados princípios filosófico-ideológicos são considerados como características contextuais que configuram um estágio específico do desenvolvimento capitalista brasileiro, que possibilitaram não só a concretização do Golpe de 1964, como suposta ferramenta de combate à *iminente ameaça comunista* do governo de João Goulart, como também a consolidação de “um complexo sistema repressivo para combater a subversão e, ao mesmo tempo, reprimir preventivamente qualquer atividade considerada suspeita por se afigurar como potencialmente perturbadora da ordem” (MAGALHÃES, 1997, p. 2).

Assim, define-se que a pesquisa documental apresentada concebe as concepções de mundo como contínuos construtos sócio-históricos, que expressam determinadas particularidades político-ideológicas em decorrência da realidade social concreta imposta aos grupos no estágio de desenvolvimento específico em que se encontram inseridos. Partindo deste princípio, torna-se essencial definir que

Não se pode separar a filosofia da história da filosofia nem a cultura da história da cultura. No sentido mais imediato e determinado, não se pode ser filósofo – isto é, ter uma concepção de mundo criticamente coerente – sem a consciência da própria historicidade, da fase de desenvolvimento por ela representada e do fato de que ela está em contradição com outras concepções ou com elementos de outras concepções. A própria concepção do mundo responde a determinados problemas colocados pela realidade, que são bem determinados e “originais” em sua atualidade. (GRAMSCI, 2011a, CC 11, § 12, v. 1, p. 96).

⁹ Neste ponto, é importante retomar a análise de Marx (2010) a respeito de uma característica inerente de movimentos contrarrevolucionários de fundamentar seu combate às mobilizações da esquerda por meio de bandeiras embasadas nos preceitos de “propriedade, família, religião, ordem” (MARX, 2010, p. 28).

Essa perspectiva teórico-analítica das concepções de mundo que coexistem na realidade social de determinado período, demanda que o cientista social parta de uma metodologia materialista histórico-dialética de análise. Deve-se, portanto, fundamentar-se na investigação da maneira como a infraestrutura e a superestrutura se transformaram, em consequência do contínuo processo de desenvolvimento das relações de produção (decorrente da particularidade do modelo econômico do Estado, enquanto parte integrante de um complexo de complexos)¹⁰, reconhecendo que as concepções de mundo são construções históricas, em constante reformulação, que visam interferir diretamente na forma como a humanidade se organiza, entre si e em sua relação com a natureza (MARX; ENGELS, 2007)¹¹.

Ressalta-se, ainda, que para Gramsci (2011b, CC 16, §2, v. 4) a compreensão de uma concepção de mundo específica demanda um estudo aprofundado, com o máximo rigor científico possível, que parta da reconstrução do processo de desenvolvimento intelectual desta forma de pensar, atentando aos elementos básicos implícitos em formulações que o precedem e, que se tornam estáveis e *permanentes* nas formulações que a ele se relacionam. Tal perspectiva exige, por parte do cientista social, o estabelecimento de um recorte temporal que potencialize o entendimento da forma como a concepção de mundo se reformula em decorrência das mudanças sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o recente acesso aos documentos oficiais do SNI, cabe às Ciências Sociais levantar determinados questionamentos a respeito da lógica diretiva que imperava nas relações estabelecidas entre este particular aparato estatal (e seus respectivos agentes) e, os diferentes setores da

¹⁰ O processo analítico para definição da particularidade do capitalismo de um Estado inserido na lógica internacional é abordado por Lukács (1978). Enfatizando que nossa análise compartilha da tese de Mazzeo (1999), segundo a qual a particularidade do capitalismo brasileiro reside na via de desenvolvimento prussiano-colonial, que se caracteriza pela dupla subordinação da relação capital-trabalho, e pelo rígido sistema político de tipo autocrático-burguês. No que tange ao conceito de complexo de complexos, ressalta-se a importância das contribuições de Mészáros (2014) a respeito da lógica sociometabólica de reprodução do capital.

¹¹ Neste ponto, é de extrema importância reconhecer que a leitura marxiana em “A Ideologia Alemã” parte do reconhecimento da ideologia enquanto ferramenta de reprodução da dominação de classe, “falsamento da realidade”, sendo relevante apropriação das contribuições leninistas da ampliação conceitual das ideologias enquanto representações potenciais das distintas classes sociais (LÖWY, 1995).

sociedade civil, principalmente os movimentos de questionamento/resistência política. Em especial no que se refere às repercussões do embate político-ideológico, que caracterizou o período de Guerra Fria na realidade ditatorial brasileira. Ou seja, da forma como o *fanatismo*, ou *paranoia*, anticomunista se configurou na atuação dos agentes de informação do SNI e na relação consolidada entre o SNI e os grupos de questionamento e/ou resistência política.

O levantamento bibliográfico permitiu discernir que a maior parte das pesquisas centradas especificamente no estudo do SNI pertence ao campo da História, destacando que o trabalho de Lagôa (1983) é da área do jornalismo, e que dos trabalhos apresentados apenas o livro de Carlos Fico (2001), a tese de Samways (2014) e o artigo de Quadrat (2012) trabalham de fato com fontes documentais oficiais oriundas dos órgãos de informação da ditadura militar brasileira.

Destaca-se, portanto, um novo horizonte de possibilidades analíticas para as Ciências Sociais em decorrência do acesso, até então restrito, às fontes documentais provenientes do contexto de ditadura militar, destacando o arquivo do Serviço Nacional de Informações (SNI) do Paraná (PR) e de Santa Catarina (SC).

Desta forma, a presente pesquisa fundamenta-se no desenvolvimento de cinco grandes etapas, sendo que a primeira consiste na análise aprofundada da obra de Golbery do Couto e Silva (2003) para verificação de validade das conceituações atribuídas aos termos chaves (elencados no tópico anterior) que embasaram sua filosofia de segurança nacional, avaliando, ainda, a maneira como a via de desenvolvimento brasileira (prussiano-colonial) e o estágio de desenvolvimento do complexo de complexos capitalista do período (imerso na perspectiva de guerra fria) condicionaram e limitaram as suas formulações filosófico-ideológicas.

A segunda etapa consiste na análise comparativa da doutrina *golberyana* e a ideologia exposta na *práxis* da comunidade de informações paranaense, visando avaliar a forma como os conceitos de Golbery perpassaram, de forma explícita ou implícita, a fundamentação interpretativa dos agentes da repressão no processo de elaboração de seus relatórios oficiais (pressupostamente neutros). Nesta etapa, também são consideradas as particularidades políticas, sociais e econômicas das relações históricas do Estado do Paraná com o complexo brasileiro.

Dentro da perspectiva de trato dos arquivos inéditos da repressão militar, destaca-se a necessidade de classificar os principais grupos e movimentos de questionamento/resistência política que permearam a realidade paranaense do período, explicitando suas principais bandeiras sócio-políticas e valorizando seu papel histórico na luta pela redemocratização da sociedade brasileira – princípio que constitui a terceira etapa da pesquisa.

A partir disto, a quarta etapa consiste na análise qualitativa das formulações ideológicas dos agentes de informações, atentando as distorções interpretativas dos grupos e movimentos que configuraram a conjuntura em questão, demonstrando o alastramento, ou não, da concepção de subversão, decorrente da perspectiva de Segurança Nacional, para vertentes políticas ligadas ao liberalismo e ao nacionalismo (além do socialismo e comunismo). Buscando compreender se houve, ou não, uma tentativa de repressão de qualquer perspectiva filosófico-ideológica que divergisse dos princípios de coesão orgânica preconizados pela doutrina de Segurança Nacional.

Por fim, a última etapa se incumbe de realizar uma análise comparativa que avalie se os resultados obtidos na análise da realidade paranaense são concomitantes com os disponibilizados no Relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014) e no Relatório da Comissão Estadual da Verdade/PR (2016).

Ressalta-se, ainda, a importância de as Ciências Humanas e Sociais retomarem as análises para a compreensão das formações político-ideológicas anticomunistas, principalmente pró-militaristas, tendo em vista a atual conjuntura política brasileira, na qual é possível distinguir uma retomada e fortalecimento de movimentos intervencionistas¹².

¹² Como exemplo de um episódio marcante que demonstra o fortalecimento destes grupos intervencionistas citamos a invasão do plenário da Câmara dos Deputados, ocorrido em novembro de 2016.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, nov. 2011.
- BRASIL. *Relatório/Comissão Nacional da Verdade*. v. 1. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf. Acesso em: 11 dez. 2016.
- BUCI-GLUCKMANN, C. *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 295-316.
- FAGUNDES, P. Universidade e repressão política: o acesso aos documentos da assessoria especial de segurança e informação da Universidade Federal do Espírito Santo (AESI/UFES). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n.10, p. 295-316, jul./dez. 2013.
- FERNANDES, A. S. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. *Antíteses*, Londrina, v. 2, n. 4, p. 831-856, jul./dez. 2009.
- FERREIRA, O. S. A Escola Superior de Guerra no Quadro do Pensamento Político Brasileiro. In: CRIPPA, A. *As ideias políticas no Brasil*. São Paulo: Convívio, 1979. v. 2. p. 249-289.
- FICO, C. *Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- FICO, C. *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a. v. 1.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b. v. 4.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011c. v. 6.
- KOCH, A. M. *Ocidente cristão em Golbery do Couto e Silva*. 1999. Dissertação (Mestrado em Estudos Iberoamericanos) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo - RS, 1999.
- LAGÔA, A. *SNI: como nasceu, como funciona*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- LÖWY, M. *As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

- LÖWY, M. *Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 1995.
- LUKÁCS, G. *Introdução a uma estética marxista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- LUZ, A. F. Geopolítica do Brasil: a trajetória de Golbery do Couto e Silva e sua perspectiva no campo intelectual. *Revista Ágora*, Vitória, n. 22, p. 350-360, 2015.
- MAGALHÃES, M. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos no Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 203-220, 1997.
- MARX, K. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Martins Claret, 2010.
- MARX, K; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã e seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MAZZEO, A. C. *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- MÉSZÁROS, I. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MICELI, S. *A Elite Eclesiástica Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- MIGUEL, L. F. Segurança e desenvolvimento: peculiaridades da ideologia da segurança nacional no Brasil. *Diálogos Latinoamericanos*, Århus, Denmark, n. 5, p. 40-56, 2002.
- MOTTA, R. P. S. *Em guarda contra o perigo vermelho: anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2000. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 2000.
- MUNDIM, L. F. C. *Juarez Távora e Golbery do Couto e Silva: Escola Superior de Guerra e a organização do Estado brasileiro*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.
- PARANÁ. Serviço Nacional de Informação. *Inquérito visando comprometimento de militantes do PCB no Paraná*. ACT/ACE 1022/81. 17 nov. 1975. 62 laudas (NDPH-UEL).
- PARANÁ. Serviço Nacional de Informações. *ACT/ACE 1012/81*, 20 maio 1981.
- PARANÁ. Serviço Nacional de Informações. *Saídas Irregulares de Presos Subversivos*. ACT/ACE 1082-81. 07 jun. 1976. 47 laudas (NDPH-UEL).
- PELEGRINI, S. C. A. A censura e os embates contra um inimigo em potencial. In: ROLIM, R. C. et al. (org). *História, Espaço e Meio Ambiente: VI Encontro Regional de História*. Maringá: ANPUH-PR, 2000. p. 81-100.
- QUADRAT, S. V. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 19-41, jan./jun. 2012.

RODEGHERO, C. S. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 463-488, 2002.

SAMWAYS, D. T. *Inimigos imaginários, sentimentos reais: medo e paranoia no discurso anticomunista do Serviço Nacional de Informações (1970-1973)*. 2014. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

SILVA, G. do C. *Geopolítica e Poder*. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2003.

SILVA, W. T. O catolicismo e o golpe civil-militar de 1964. *Interações – cultura e comunidade*, Belo Horizonte, v. 9, n. 15, p. 62-80, jan./jun. 2014.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

MARCONI, P. *A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)*. São Paulo: Global, 1980.

MAY, T. *Pesquisa Social: questões métodos e processos*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.